

## OS PROFESSORES E A PROBLEMÁTICA DA INDISCIPLINA NA SALA DE AULA

Luciano Campos Silva  
UFOP

[...] Há muita conversa e barulho em todas as partes da sala de aula. Alguns alunos gritam e poucos lêem o texto entregue pelo professor. O professor olha para a turma, tenta explicar melhor o que deverá ser feito, mas desiste. Dirige-se a sua mesa e senta. Fica olhando para a turma durante vários minutos. Sorrindo e num tom de ironia uma aluna diz ao professor: “*Professor, como posso prestar atenção se tá todo mundo gritando?*” O professor se levanta e tenta, novamente, organizar a realização da atividade. Pede silêncio, mas não é ouvido. Quase todos os alunos estão conversando e não se dedicam à atividade proposta. O professor tenta falar novamente, mas, percebendo que não consegue a atenção dos alunos, desiste e volta a se sentar [...]¹.

A cena descrita acima — flagrante de uma aula de História numa turma do último ano do ensino fundamental — ilustra um dos mais sérios, complexos e desafiadores problemas das salas de aula das escolas brasileiras: a indisciplina.

Há algum tempo, os episódios de indisciplina deixaram de ser eventos raros e sem maiores repercussões para o cotidiano das escolas, para se tornarem um dos maiores obstáculos ao trabalho educativo desenvolvido por nossas instituições de ensino. Não por acaso, como revelou recentemente um estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os professores brasileiros, quando comparados a docentes de várias outras partes do mundo, foram aqueles que mais tempo disseram gastar em suas aulas na tentativa de controlar os atos de indisciplina dos alunos².

Embora possam ser considerados triviais, sobretudo se comparados aos casos mais graves de violência escolar amplamente divulgados pela mídia nos últimos anos, os comportamentos de indisciplina podem, dependendo da frequência com que ocorrem em uma sala de aula, perturbar significativamente a relação pedagógica, afetando as aprendizagens e a socialização dos estudantes. É o que revelam, por exemplo, os dados do relatório nacional do “Programa Internacional de Avaliação de Estudantes” (PISA, 2001)³. Segundo esse relatório, o clima disciplinar de uma escola constitui um dos fatores que mais influenciam o desempenho acadêmico dos estudantes. Como se não bastasse, o estudo demonstrou também que, se, de modo geral, todos os alunos perdem com o clima disciplinar degradado de uma escola, são especialmente aqueles com nível socioeconômico e cultural desfavorecido que mais fortemente têm seus resultados escolares prejudicados.

---

¹ As notas de aula ou excertos de entrevistas apresentados ao longo deste texto foram extraídas de SILVA, L. C. **Disciplina e indisciplina na aula: uma perspectiva sociológica**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2007.

² ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Creating Effective Teaching and Learning Environments: First Results from TALIS**. Paris: OECD PUBLICATIONS, 2009.

³ PISA 2001: **Relatório nacional**. Brasília, 2001. Disponível em: [www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/PISA2000.pdf](http://www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/PISA2000.pdf). Acesso: 18 de maio de 2007.

Tais constatações indicam que um bom clima disciplinar pautado pelo respeito à autoridade do professor e às regras de convivência e trabalho constitui uma condição fundamental para garantir às crianças e jovens uma educação de qualidade, que lhes propicie o aprendizado dos conhecimentos, valores e atitudes indispensáveis ao exercício da cidadania. Infelizmente, as questões relacionadas à manutenção da disciplina em sala de aula têm sido bastante negligenciadas nas ações de formação inicial e continuada dos docentes brasileiros, os quais freqüentemente se queixam da falta de conhecimentos e competências profissionais relacionadas a esse importante aspecto de suas profissões. Um fator que tem contribuído para isso é a forte crença difundida no meio educacional brasileiro de que qualquer tipo de ação disciplinar nas escolas estaria, necessariamente, associada a uma visão conservadora e autoritária do ensino. Daí o forte sentimento de que temáticas como a disciplina e a indisciplina não poderiam mais constar do currículo dos cursos de formação de professores, sob o risco de estarmos provocando uma espécie de “retrocesso pedagógico”.

Ao contrário, temos defendido a necessidade de os professores discutirem mais abertamente as questões relacionadas ao trabalho disciplinar que desenvolvem quotidianamente nas salas de aula. Quais seriam, afinal, as funções desempenhadas pelas regras de disciplina? É possível aos professores abdicarem do uso de qualquer recurso disciplinar durante suas aulas? O que pode ser definido atualmente como *disciplina* e *indisciplina* no contexto escolar? Indisciplina e violência são fenômenos diferentes? De que forma é possível aos professores prevenirem a ocorrência da indisciplina durante suas aulas?

Essas são algumas das questões cujo debate entre os docentes consideramos fundamental e que propomos discutir ao longo deste texto. Para isso, organizamos a exposição em três partes principais. Na primeira delas, analisamos as funções desempenhadas pelas regras no ambiente escolar, com o intuito de discutir certo preconceito atual em relação à regulamentação das condutas dos estudantes nas escolas e salas de aula. Na segunda parte, tendo em vista as confusões recentes envolvendo os conceitos de *indisciplina* e *violência*, procuramos apontar algumas possibilidades de distinção entre esses dois fenômenos. Por fim, na última parte, com base nos resultados de pesquisas que apontam a importância das ações normativas dos professores como fatores de prevenção ou promoção da indisciplina, buscamos oferecer algumas pistas para o enfrentamento desse fenômeno nas salas de aula de ensino fundamental.<sup>4</sup>

### **Por que falar em disciplina? Discutindo o papel das regras no ambiente escolar**

A disciplina escolar tem sido fortemente criticada no meio educacional brasileiro, como se quaisquer formas de controle das condutas dos estudantes fossem necessariamente autoritárias ou conservadoras. Isso explica a atual desconfiança de pesquisadores e educadores em relação aos conceitos de *disciplina* e *indisciplina*, termos que parecem não poder mais compor o vocabulário pedagógico contemporâneo. Prova

---

<sup>4</sup> Ao longo deste trabalho, com o objetivo de tornar o texto mais dinâmico, evitaremos fazer uso constante da citação de autores e obras. Ao final do texto, porém, serão indicadas algumas referências bibliográficas que permitirão ao leitor ter acesso às principais fontes de informações utilizadas neste trabalho ou prosseguir no estudo das temáticas nele abordadas.

disso é a frequência com que esses termos aparecem entre aspas em diversas publicações da área da educação.

Seriam de fato as práticas disciplinares uma exclusividade da chamada pedagogia tradicional?

Para responder a essa questão, comecemos analisando o próprio conceito de disciplina. De origem latina, a palavra *disciplina* possui a mesma raiz que discípulo e, ao longo dos tempos, vem sendo marcada por uma enorme polissemia. Essa afirmação pode ser constatada quando se recorre aos dicionários onde geralmente aparecem vários significados para a palavra *disciplina*: “Regime de ordem imposta ou livremente aceita”, “ordem que convém ao funcionamento regular de uma instituição”, “relação de subordinação do aluno ao mestre”, “observância de preceitos ou normas”, “instrumento de tortura”, “submissão a um regulamento” ou “um ramo do conhecimento”. Em seu sentido mais corrente, no entanto, a palavra *disciplina* tende a designar um conjunto de regras e de ações que visam regular o convívio e o cumprimento das atividades pelos sujeitos numa dada instituição. Por isso é possível se falar em uma disciplina sindical, militar, esportiva ou escolar.

Como exemplo, imagine um clube de futebol. Nele é possível identificar a existência de um conjunto de regras que buscam estabelecer os horários dos treinos, a alimentação dos jogadores, suas vestimentas e o tipo de relação que eles deverão manter com os seus colegas e com a comissão técnica. O não cumprimento dessas regras implica, obviamente, na aplicação de sanções que vão desde a simples advertência até a suspensão dos jogos ou o desligamento do clube. Por isso, atualmente, é tão comum ouvirmos falar sobre a importância do esporte como forma de ensinar os hábitos de disciplina às crianças e aos jovens. Curiosamente, esses mesmos hábitos costumam ser desvalorizados ou bastante criticados quando nos referimos às escolas, onde eles freqüentemente são associados ao autoritarismo e ao conservadorismo, inclusive pelos próprios professores.

Entretanto, do mesmo modo que um clube de futebol necessita ter algum tipo de controle sobre a conduta de seus atletas, também uma escola deve dispor de regras que disciplinem as formas de convívio e de trabalho dos estudantes dentro de seu ambiente. Uma vez que a escola é uma instituição social que reúne um número muito grande de crianças ou jovens em um mesmo ambiente, como seria possível viver dentro dela sem regras que buscassem garantir uma boa convivência? Ademais, como sabemos, na escola é preciso que as crianças e jovens se dediquem a uma série de atividades de ensino previamente elaboradas por seus professores. Do correto cumprimento dessas atividades dependerá, em grande parte, o sucesso das aprendizagens dos estudantes. Daí a necessidade de algumas regras e ações que impeçam que os atrasos, as conversas, os deslocamentos, o barulho e as brincadeiras dos estudantes prejudiquem a adequada realização das atividades escolares. As regras cumprem, portanto, uma função de meio educativo, ao permitirem que o trabalho pedagógico possa ser devidamente realizado. Desse fato, conclui-se que ao professor não é conferido apenas o direito de educar, mas também a autoridade de decidir sobre os meios mais adequados para que esse trabalho educativo se realize, o que pressupõe algum nível de controle sobre as condutas dos estudantes, inclusive por meio da aplicação de sanções socialmente aceitas. Vigiar, emitir ordens, estabelecer limites e, até mesmo, punir, embora possam parecer ações demasiadamente autoritárias, constituem tarefas intrínsecas ao trabalho desenvolvido por todo educador.

Isso não significa que essas ações disciplinares tenham que ser realizadas de uma forma austera e autoritária, tal como preconizado na chamada pedagogia tradicional. Como mostram as experiências de vários professores e escolas, a disciplina pode assumir formas extremamente progressistas e democráticas ao se fundamentar em princípios como a justiça, a dignidade humana, a autonomia e a liberdade. Nesse sentido, consideramos um equívoco associar a ideia de disciplina ao autoritarismo ou ao conservadorismo, como se as regras escolares excluíssem necessariamente os direitos e a liberdade dos estudantes. Ao contrário, como vimos, o direito de aprender está intimamente ligado à possibilidade de regulamentação da conduta dos educandos no ambiente escolar e à certeza de que suas aprendizagens não serão prejudicadas pela ocorrência freqüente de atos de indisciplina durante as aulas.

Dessa forma, ao invés de serem consideradas pelos professores meros resquícios de um conservadorismo escolar, as regras de disciplina deveriam ser encaradas como um meio essencial para que o trabalho pedagógico se realize, uma vez que disciplinar a conduta dos estudantes constitui um direito e uma responsabilidade de todo educador. Nas conversas que temos mantido com estudantes para a realização de pesquisas, constatamos que a abdicação dessa responsabilidade tende a ser vista como uma forma de omissão, uma prova de que o professor não mais se importaria com os alunos ou simplesmente teria desistido de educá-los.

Porém, é preciso ver na disciplina escolar não apenas uma forma de se garantir um clima de ordem e tranqüilidade no ambiente escolar. Diferentemente do que ocorre em outras instituições, na escola as regras de disciplina cumprem a função de fim educativo, uma vez que socializar as crianças e jovens preparando-os para viver em um mundo social pautado por regras constitui uma finalidade fundamental de nosso sistema de ensino. Isso significa que às escolas e aos professores não basta que os alunos se comportem bem em sala de aula, seja por apatia ou por medo das punições, mas que internalizem o respeito às regras como parte integrante de suas condutas nos diferentes espaços sociais em que convivem. É necessário, ainda, que os alunos consigam adotar uma postura crítica frente a essas regras, sabendo questioná-las sempre que se mostrarem arbitrarias, inadequadas, ou antidemocráticas.

Por meio do trabalho com as regras, os professores não buscam apenas garantir as condições de trabalho numa sala de aula, mas oferecer aos estudantes a oportunidade de interiorizarem certos valores e atitudes indispensáveis ao exercício da cidadania, tais como o cumprimento de obrigações, o senso de responsabilidade, o gosto pelo trabalho, o zelo pelo patrimônio público, o respeito às pessoas, às autoridades, às leis e às diferenças culturais.

### **Indisciplina ou violência? Distinguindo os comportamentos perturbadores presentes nas escolas**

Com o agravamento recente do fenômeno da violência escolar e a enorme visibilidade social que ele tem adquirido, tornou-se bastante comum, no meio educacional, a ocorrência de confusões envolvendo o uso dos conceitos de *violência* e *indisciplina*. Como sabemos, nas últimas décadas, condições políticas e sociais específicas, como o reconhecimento dos direitos sociais e o aumento do exercício da cidadania pelos sujeitos, fizeram com que o conceito de violência sofresse um alargamento considerável, tendendo a englobar comportamentos que antes eram percebidos como práticas banais no mundo

social. Imagine, por exemplo, o caráter violento que hoje atribuímos ao assédio sexual, às brigas e acidentes de trânsito, às ofensas, às injúrias. O que dizer, então, de algumas brincadeiras bastante comuns entre os estudantes, as quais costumam envolver malícias e deboches? Indisciplina? Violência? “Zuação”?

Em decorrência do exposto, tem sido bastante frequente no meio educacional a discussão em torno da pertinência de se empregar o conceito de *violência escolar* de uma forma demasiadamente alargada, uma vez que esse emprego pode fazer com que ele seja facilmente confundido ou acabe incorporando o conceito clássico de indisciplina. Por isso, muitos pesquisadores têm alertado para o risco de as escolas e os professores “deslizarem sistematicamente”, incluindo, sob a rubrica de violência, comportamentos triviais de indisciplina dos estudantes.

Face ao risco de uma confusão generalizada que em nada contribui para a compreensão e o enfrentamento desses dois fenômenos, temos defendido a necessidade de uma distinção mais clara entre os conceitos de *indisciplina* e de *violência*, no intuito de se delimitar os tipos de comportamentos que descrevem e abrangem. O que, afinal, pode ser considerado indisciplina ou violência no contexto escolar? Quais características permitem distinguir esses dois fenômenos?

Embora existam de fato algumas semelhanças entre esses dois fenômenos, — o que faz com que eles se confundam em certas ocasiões —, são algumas de suas características específicas que permitem melhor distingui-los: a natureza das regras que eles violam, a gravidade intrínseca presente em cada um desses atos e as conseqüências imediatas que eles podem acarretar para a integridade física, psicológica e moral dos sujeitos.

Começemos pela indisciplina. De modo geral, o conceito de *indisciplina* tende a ser definido em função do conceito de *disciplina*, o qual, como vimos, designa o conjunto de regras e de ações que visam regular a conduta dos estudantes no ambiente escolar. Assim, a indisciplina é comumente definida como a negação dessas regras, muitas vezes, denotando a própria perturbação ou a desordem causada pelo seu não cumprimento. Por isso, os professores tendem a associar esse conceito a formas de comportamento estudantil que burlariam as regras escolares, dificultando o bom funcionamento da aula, e, em certos casos, chegando mesmo a questionar a autoridade docente. Advém daí o fato de os professores insistirem em afirmar que a indisciplina colocaria em xeque o “*bom andamento da aula*”, atrapalharia “*o andamento do grupo.*” Como exemplos, poderiam ser citadas as conversas clandestinas, os gritos, os deslocamentos não autorizados, as brincadeiras perturbadoras, as desobediências aos professores e as réplicas às suas ações disciplinares, comportamentos que tendem a ser caracterizados como atos de indisciplina por violarem regras especificamente escolares, consideradas pelos professores como fundamentais para a manutenção das condições de convívio e de trabalho em sala de aula. Isso explica por que muitos atos considerados como indisciplina na escola possam não merecer qualquer tipo de condenação em outros espaços sociais. Devido a esse motivo, os comportamentos de indisciplina apresentam uma pequena gravidade intrínseca, sendo condenados mais pela perturbação que podem gerar no ambiente escolar do que pelas conseqüências imediatas que poderiam acarretar à integridade física ou psicológica dos sujeitos. Por não serem graves e não causarem danos imediatos aos sujeitos, desde que não sejam freqüentes, os atos de indisciplina podem, inclusive, ser ignorados pelos professores. De modo geral, os professores admitem e aceitam que a enorme proximidade física e afetiva entre os alunos em sala de aula, bem como o caráter enfadonho da rotina escolar tornam praticamente

impossível que os estudantes se mantenham constantemente em silêncio ou atentos às aulas. Assim, é difícil que alguns atos de indisciplina, especialmente as conversas clandestinas, deixem de ser cometidos e possam ser totalmente controlados. Além disso, é preciso ressaltar que o desvio não cria necessariamente a destruição de uma dada organização, uma vez que todas as organizações comportam certa tolerância a ele. Assim, em certas circunstâncias e em proporções limitadas, os comportamentos de indisciplina podem, inclusive, contribuir para a vitalidade de uma turma, ao descontraírem os alunos e desfazerem a tensão provocada pela pesada jornada escolar. Portanto, é somente à medida que se tornam demasiadamente freqüentes que passam a assumir uma maior gravidade, perturbando a relação pedagógica e impedindo que a aula transcorra num clima de tranquilidade.

Diferentemente dos comportamentos de indisciplina que acabamos de analisar, os atos de violência que têm assolado certas escolas se caracterizam especialmente pela enorme gravidade intrínseca que comportam. É verdade que a discussão em torno de uma definição precisa do conceito de *violência escolar* permanece aberta na comunidade científica, até mesmo em função da multiplicidade dos eventos que têm sido considerados violentos pelos atores sociais. Entretanto, a ampla maioria dos estudos tende a apontar a existência do poder destrutivo, da coerção, do uso da força física e das figuras do agressor e/ou da vítima como elementos consensuais que caracterizariam um dado comportamento como sendo de violência. Assim, a violência escolar tende a ser associada a comportamentos que violam regras sociais mais abrangentes e que podem causar danos físicos, morais, psicológicos ou materiais a pessoas ou instituições. Esse é o caso dos assassinatos, dos roubos, do porte de armas, do tráfico de drogas, das ameaças, das agressões físicas ou psicológicas, comportamentos que, devido à sua enorme gravidade intrínseca, são fortemente condenados e penalizáveis em todas as esferas da vida social, e não somente nas escolas. Assim, em muitos casos, os comportamentos comumente designados como *atos de violência escolar* poderiam facilmente ser enquadrados como crimes quando protagonizados por adultos, ou como atos infracionais quando protagonizados por adolescentes entre 12 e 18 anos<sup>5</sup>. Cabe lembrar que, embora sejam mais comuns as denúncias de casos de violência praticada por alunos contra seus professores ou colegas de escola, a violência escolar pode assumir ainda outras formas: violência da comunidade, de pais ou ex-alunos contra a escola, professores, funcionários ou alunos; e violência da escola ou dos professores contra os estudantes. Em todos os casos, é possível se falar tanto em violência física, como em violência psicológica, verbal ou simbólica. O que dizer, por exemplo, das situações em que determinados estudantes são constantemente perseguidos ou humilhados por seus colegas ou professores? Nesse sentido, têm sido bastante divulgados os casos de *bullying*, que se caracterizam pela ocorrência de maus tratos constantes a um determinado sujeito. Durante o período em que realizamos um trabalho de pesquisa em turmas de 8<sup>o</sup> série de uma escola pública, presenciamos um caso típico de *bullying* dirigido a uma adolescente de 14 anos que, por causa de sua obesidade, era freqüentemente submetida a maus tratos por seus colegas de sala, que, em tom de deboche, apelidavam-na de “melão”, “melancia”, “jaca” etc. A esses apelidos se juntavam algumas “brincadeiras maldosas” que humilhavam publicamente a

---

<sup>5</sup> Nesses casos, poder-se-ia, inclusive, dependendo do nível de gravidade do ato praticado, se pensar na possibilidade de aplicação de medidas punitivas ou socioeducativas aos seus protagonistas, tal como estabelece o Código Penal ou o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

adolescente, causando-lhe vergonha e constrangimento. Incapaz de qualquer tipo de reação, a estudante descreveu da seguinte maneira, durante entrevista, o modo como se sentia frente a essas “brincadeiras” dos colegas:

**Pesquisador:** E como você se sente com essas “brincadeiras”?

**Estudante:** Eu me sinto mal, principalmente quando é comigo, sabe? Quando é comigo, a gente fica se sentindo mal, porque parece que você sente que ninguém gosta de você. Que todo mundo fica... Imagina uma sala inteira ficar te zoando. A gente fica muito mal, tem dia que a gente não aguenta, a gente começa a chorar. Aí a gente tem que conversar com alguém. Eu mesma, várias vezes, eu já saí de sala com problemas em casa, problemas na escola com os meninos. Eu mesma já saí da sala chorando. Aí as meninas vão atrás de mim, aí eu começo a conversar com elas. Elas falam "*Oh, você não pode ver isso. Você tem que ver o seu lado. Não liga para os meninos, para o que eles falam*". Aí eu entendo, mas não adianta porque a semana toda é assim, sabe? Então é a semana toda e não tem como ficar chorando todo dia, não é? Então você tem que aguentar tudo. É muito ruim. Ruim demais da conta.

Embora os colegas desta menina tenham afirmado que encaram as chacotas a ela dirigidas como simples “brincadeiras”, esse não parece ser o sentimento da garota que descreve com bastante exatidão os impactos negativos desses atos sobre sua vida: constrangimento excessivo, sentimento de não ser querida ou aceita pelo grupo, choro constante e impotência. Para a jovem, subsiste a sensação de que o limite do tolerável foi ultrapassado e de que os atos dos colegas não poderiam mais ser encarados como meras “brincadeiras” ou “zuação”. O *bullying* abrange, assim, situações de violência que não devem ser confundidas ou tratadas pelos professores como meras brincadeiras ou como atos de indisciplina. Tais situações não podem, portanto, jamais ser ignoradas.

Isso não significa, porém, que qualquer tipo de brincadeira envolvendo deboches ou apelidos em sala de aula possa ser facilmente associado ao *bullying*, o que infelizmente vem ocorrendo com bastante frequência em algumas de nossas escolas. Sobretudo nos anos finais do ensino fundamental, as brincadeiras maliciosas entre os estudantes são bastante comuns, mas nem sempre costumam privilegiar um mesmo alvo. Como dizem os próprios estudantes, eles costumam “zuar” todo mundo. Além disso, muitas crianças e adolescentes são capazes de reagir a essas brincadeiras com tranquilidade, minimizando seus impactos ou, até mesmo, revertendo a situação a seu próprio favor. Como demonstram as pesquisas sobre o assunto, só podemos realmente falar em *bullying* nos casos em que os maus tratos se tornam persistentes e envolvem sujeitos que se encontram em posições desiguais de poder. Essas condições parecem fundamentais para que as brincadeiras ou deboches passem a se constituir como verdadeiros cercos, capazes de impor danos físicos ou psicológicos aos sujeitos, que deles se vêem incapazes de escapar.

Assim, embora não seja possível negar a presença da violência em nossas escolas, é preciso admitir que ela, muitas vezes, tem sido confundida com os casos mais triviais de indisciplina protagonizados pelos estudantes, que demandariam ações pedagógicas e corretivas propriamente escolares para o seu enfrentamento. Por isso, diversos pesquisadores têm denunciado possíveis exageros na condução dos debates sobre esse fenômeno, criticando o tratamento alarmista e sensacionalista que tem sido conferido a ele, por exemplo, pela mídia. De fato, investigações realizadas em várias partes do mundo indicam que a grande maioria dos comportamentos perturbadores que atinge as escolas não teria um caráter violento, o que tem levado alguns autores a denunciarem uma espécie de

“fabricação” da violência escolar pela mídia. Esses pesquisadores condenam o que consideram uma verdadeira “colonização” do discurso pedagógico atual por essa temática, fato que vem contribuindo para criar e disseminar uma imagem negativa de nossas instituições escolares como locais perigosos, sem regras, onde a autoridade dos professores seria constantemente confrontada ou ameaçada e onde, em função disso, qualquer tipo de trabalho pedagógico se tornaria inviável.

### **As ações normativas dos professores: pistas para a prevenção da indisciplina em sala de aula**

**Pesquisador:** A indisciplina te perturba?

**Professora:** Perturba, eu me sinto mal, me sinto muito inútil, sabe? Eu gostaria de descobrir uma maneira de saber lidar com isso. Eu acho que todo mundo gostaria. Eu acho que a indisciplina gera uma frustração muito grande. Mas eu gostaria de saber lidar com ela e ter um resultado positivo.

Como ilustra o excerto acima, a perturbação gerada pelos episódios de indisciplina costuma gerar uma enorme frustração nos professores que se veem impedidos de realizar adequadamente seu trabalho pedagógico em sala de aula. Daí a vontade, que eles sempre manifestam, de aprender a lidar melhor com esse fenômeno.

Os resultados de diferentes estudos e pesquisas mostram que, embora a conduta disciplinar dos alunos seja fortemente influenciada por fatores externos às escolas, especialmente suas formas de vida social e familiar, certas características do trabalho educativo desenvolvido pelos professores costumam funcionar como fatores inibidores ou favorecedores da indisciplina. É por isso que, conforme pode ser facilmente observado em qualquer sala de aula, os atos de indisciplina não costumam afetar, da mesma forma e com a mesma intensidade, todos os professores, uma vez que muitos alunos parecem literalmente “escolher” os professores na presença dos quais poderão ou não protagonizar os seus atos de indisciplina. Diante dessa constatação, alguns pesquisadores, com base em observações e análises sistemáticas de diversas situações de sala de aula, têm identificado um conjunto de características pedagógicas, disciplinares e relacionais dos docentes associadas frequentemente a um melhor ou pior clima disciplinar em sala de aula. Discutiremos, a seguir, algumas dessas características com o intuito de orientar o trabalho disciplinar que cabe ao professor de ensino fundamental desenvolver em sala de aula. Obviamente, não queremos com isso oferecer “receitas mágicas” ou “infalíveis”. Como mostram as investigações, o fenômeno da indisciplina é complexo e suas causas são bastante variadas, o que faz com que cada caso possa exigir um tipo de intervenção bastante específico, seja no nível das famílias, da instituição escolar, das salas de aula. Contudo, estamos convencidos de que os contundentes resultados alcançados por essas pesquisas indicam que é possível, ao menos, apresentar algumas pistas aos professores, indicando-lhes as práticas mais comumente associadas a um melhor ou pior clima disciplinar em sala de aula. Haveria, por acaso, melhor forma de repensar a própria prática pedagógica do que valer-se das experiências comprovadamente bem sucedidas de outros professores?

Dado que, nos limites deste texto, não seria possível discutir todas as características docentes associadas a um melhor clima disciplinar, optamos por abordar apenas aquelas



que se ligam mais diretamente ao trabalho normativo desenvolvido pelos professores em sala de aula: a forma como exercem a autoridade, as expectativas que têm em relação à conduta dos estudantes, o modo como definem e comunicam as regras aos alunos, a maneira como supervisionam suas condutas em sala de aula e reagem aos atos de indisciplina.

Além de ser o aspecto da atuação profissional dos professores mais frequentemente associado pelas pesquisas educacionais à qualidade do clima disciplinar em sala de aula, a ação normativa dos professores costuma ser uma temática “silenciada” nos currículos de formação inicial e continuada dos nossos docentes, o que, por si só, justificaria nossa opção por privilegiar a sua abordagem neste texto. Contudo, é preciso salientar que outras dimensões do trabalho dos professores, diretamente relacionadas à forma como eles planejam, realizam e avaliam as atividades pedagógicas, também podem interferir na conduta disciplinar dos alunos. Como sabemos, toda ação que permite manter os estudantes mais envolvidos com a realização das atividades pedagógicas em sala de aula constitui, por si só, uma ação preventiva da indisciplina.

### **As ações normativas dos professores eficazes em termos disciplinares**

Ao chegar às escolas, a maioria das crianças ainda não construiu, na família ou em outros grupos sociais, uma autodisciplina que possa dispensar os professores do exercício de qualquer tipo de controle sobre as suas condutas. Assim, uma vez que as regras escolares cumprem, ao mesmo tempo, as funções de fim e de meio educativo, é preciso que os docentes definam e comuniquem claramente aos alunos o que deles é esperado em termos de conduta disciplinar. Essa atitude implica desenvolver, em sala de aula, um trabalho educativo que permita às crianças e jovens construir, ao longo dos vários anos de escolarização, certa autonomia em relação às regras de conduta. Um grande erro cometido por muitos professores consiste em acreditar que, após poucos anos de escolarização, os alunos já tenham internalizado essas regras, e que não seja mais necessário ensiná-las a eles. Na verdade, assim como o aprendizado dos conteúdos cognitivos não pode ocorrer *a priori* ou num passe de mágica, também o aprendizado das regras escolares demanda um longo, planejado, coerente e persistente trabalho normativo, que deve ser iniciado pelos professores desde os seus primeiros contatos com os alunos.

Como mostram diversas pesquisas, o que torna a ação disciplinar de alguns professores mais eficaz é o modo como desenvolvem esse trabalho normativo, adotando um conjunto de ações que lhes permite prevenir os atos de indisciplina ou atuar sobre eles quando ainda não alcançaram uma proporção que inviabilize as atividades pedagógicas.

Mas de que forma o trabalho preventivo costuma ser realizado por esses professores? De um modo geral, professores eficazes em termos disciplinares costumam definir e comunicar claramente aos alunos as regras que eles deverão obedecer em sala de aula, não deixando margens a confusões ou ambiguidades que possam dificultar aos estudantes identificar claramente os comportamentos que são valorizados ou condenados pelo professor. Segundo diversas investigações, os primeiros contatos com os alunos são, nesse sentido, fundamentais, uma vez que nessa fase eles tendem a observar, testar e tirar conclusões acerca do estatuto de autoridade de seus professores.

**Pesquisador:** Como você sabe que o professor “tem moral”?

**Estudante:** De primeira! No primeiro dia que a professora de Ciências chegou lá na sala os meninos tava fazendo maior bagunça.

Zuando com a cara dela. Aí ela já falou: “parou!” E todo mundo parou na hora! Deu maior torra na sala todinha. No primeiro dia de aula! Aí os meninos pararam de fazer bagunça e ela já ganhou moral com os meninos!

A importância dos primeiros momentos passados com os estudantes provém principalmente do fato de neles emergirem padrões de comportamento e de interação mais ou menos estabelecidos para o futuro, conforme ficou evidente no depoimento desse estudante. Assim, muito do que será o clima disciplinar de uma turma ao longo de todo um ano letivo se liga diretamente às conclusões tiradas pelos alunos acerca do “estatuto de autoridade” de seus professores, já nos primeiros dias de aula. Se o professor deixa transparecer a imagem de “permissivo”, “lerdo” ou “sem moral”, os alunos poderão assimilar a ideia de que ele seja incapaz de exercer qualquer tipo de autoridade sobre eles, o que os leva a não se importarem de cometer atos de indisciplina durante suas aulas. Provavelmente será bastante difícil para o professor conseguir modificar essa imagem ao longo do ano letivo. Imagem que costuma ser transmitida aos irmãos, primos e outros colegas que, no futuro, poderão vir a ter aulas com o mesmo professor.

Ao contrário, uma imagem inicial positiva acerca da autoridade docente tende a fazer com que os estudantes se comportem melhor durante as aulas. Em função disso, muitos pesquisadores têm aconselhado os professores a se mostrarem mais firmes e exigentes nos primeiros contatos com os alunos, ao invés de tentarem seduzi-los mostrando-se demasiadamente “bonzinhos”, negociadores ou tolerantes.

As investigações têm demonstrado que os estudantes encontram uma enorme dificuldade em aceitar a imposição de regras que não tenham sido estabelecidas pelos professores desde os seus primeiros contatos com os alunos. Assim, é importante que já nas primeiras aulas as principais regras sejam devidamente estabelecidas. Exigências inusitadas tendem a ser desacreditadas, uma vez que não foram internalizadas pelos alunos como uma conduta típica do professor. É também aconselhável que os professores optem por estabelecer poucas regras em sala de aula. Como sabemos, se a cada regra corresponde um tipo de desvio, quanto menos normatizada for a conduta dos alunos em sala de aula, menor será a possibilidade de incorrerem em desvios. Além disso, as regras devem procurar normatizar apenas aspectos da conduta discente considerados fundamentais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, uma vez que os alunos costumam não conferir legitimidade àquelas regras que não se justifiquem unicamente com base nesse propósito. Quantas vezes não ouvimos dos estudantes frases do tipo “*Mas isso não atrapalha sua aula*”, na tentativa de justificar seus atos.

No contexto de uma educação democrática, é interessante que as regras de sala de aula sejam discutidas e definidas juntamente com os alunos, uma vez que eles são considerados sujeitos portadores de direitos. A realização de assembléias escolares com ampla participação dos estudantes para a discussão do regimento escolar ou a criação de “combinados” em sala de aula têm se revelado, nesse sentido, estratégias muito interessantes, pois permitem que os alunos tomem parte na construção dos regulamentos aos quais eles próprios estarão submetidos. Dessa forma, poderão compreender melhor a importância das regras e sentir-se mais diretamente comprometidos com o seu cumprimento. Ademais, esse tipo de construção coletiva possibilita que os alunos

incorporem a ideia de que as regras não são estáticas e podem, por isso, ser questionadas ou modificadas.

Se, como vimos, os primeiros contatos são importantes para que os professores possam definir e comunicar adequadamente as regras aos alunos, é preciso ainda que os docentes se mantenham consistentes na aplicação dessas regras durante todo o ano letivo. De um modo geral, a consistência normativa implica que os professores se mantenham firmes e coerentes na aplicação das regras em todos os momentos da aula. Por isso, professores eficazes em termos disciplinares orientam e supervisionam permanentemente as condutas dos estudantes, adotam um mesmo conjunto de regras durante todo o ano letivo, exigem que essas regras sejam cumpridas indistintamente por todos os alunos e se posicionam de modo firme diante dos seus atos de indisciplina que, raramente, são ignorados.

Isso não significa, entretanto, que professores eficazes em termos disciplinares sejam autoritários ou extremamente rigorosos e inflexíveis, mas apenas que não costumam titubear na aplicação das regras, evitando serem demasiadamente permissivos, confusos ou ambíguos em suas exigências. Daí o fato de não negociarem excessivamente as regras com os alunos e de não permitirem que alguns entre eles possam ser privilegiados em sua aplicação. Se, por exemplo, os professores oscilam demasiadamente em suas exigências, os alunos poderão interpretar que a regra não é devidamente estimada e que, por vezes, pode ser descumprida. Da mesma forma, os alunos poderão encontrar enorme dificuldade em compreender a importância de regras que não são aplicadas a todos os estudantes indistintamente. Como considerá-las justas e válidas se alguns alunos podem descumpri-las? Além disso, os professores eficazes em termos disciplinares costumam demonstrar permanentemente aos alunos que sabem o que está acontecendo em sala de aula, mantendo-se atentos aos seus comportamentos e orientando adequadamente suas condutas durante as atividades pedagógicas. Para isso, esses professores procuram manter contato visual permanente com os estudantes, posicionando-se em lugares estratégicos da sala de aula ou circulando entre as carteiras. No início das aulas, buscam receber os alunos à porta, atitude que lhes permite zelar para que entrem ordeiramente em sala e se preparem imediatamente para o cumprimento das tarefas. Todos esses cuidados favorecem a atuação precoce sobre os atos de indisciplina, quando eles ainda não assumiram uma maior dimensão. Muitas vezes, basta um olhar, um gesto ou uma palavra pronunciada de modo firme para que os alunos percebam que o professor está a condenar seus atos, fazendo-os cessar antes mesmo de terem se desenvolvido. Além disso, mantendo-se atentos aos comportamentos dos alunos, os professores diminuem significativamente as chances de cometerem “erros de alvo”, admoestando um estudante por atos que ele não tenha de fato cometido. Quando admoestações ou punições são aplicadas de modo equivocado, o que é bastante comum nas aulas de professores pouco atentos ou consistentes, os alunos tendem a reagir fortemente ao equívoco e a considerá-lo imperdoável. Em geral, esse tipo de incidente tende a provocar situações de conflito aberto com os alunos.

Outro aspecto da consistência normativa dos professores eficazes em termos disciplinares é o modo como eles costumam se posicionar frente aos atos de indisciplina dos alunos. Como sabemos, é sobretudo a partir do modo como os docentes reagem aos episódios de indisciplina que eles tendem a comunicar aos alunos a validade ou não de determinadas regras durante as suas aulas, demonstrando o que eles podem e o que não

podem fazer em sala de aula. Professores eficazes raramente ignoram os atos de indisciplina e procuram intervir quando ainda estão numa fase inicial e podem ser devidamente controlados. Em geral, essas intervenções costumam ser breves, firmes e impessoais, fazendo com que os atos desviantes cessem imediatamente, não ganhem visibilidade, e as atividades pedagógicas possam ser rapidamente retomadas. Mesmo nos casos em que as intervenções se prolongam, elas se limitam ao questionamento das consequências dos atos para o desenvolvimento da aula ou para a aprendizagem dos alunos, não sendo efetuada qualquer apreciação pessoal sobre os estudantes. Dado que não ignoram os atos de indisciplina, esses docentes dificilmente fazem ameaças e, quando as fazem, tendem a cumpri-las.

Por tudo isso, professores eficazes em termos disciplinares conseguem comunicar claramente conduta que esperam dos alunos, ao mesmo tempo em que lhes transmitem a ideia de que são pessoas firmes, exigentes, “verdadeiras autoridades”. À medida que os alunos vão assimilando as expectativas desses professores e passam a prever as consequências de seus atos desviantes, eles procuram se “autodisciplinar.” Isso explica o porquê de, nas aulas desses professores, os alunos se dirigirem rapidamente à sala de aula, se organizarem voluntariamente em suas carteiras e serem mais sensíveis a qualquer pedido ou admoestação. O mais curioso é que, embora esses professores acabem incorporando a imagem de “exigentes” e “punitivos”, aos poucos vão sendo dispensados de aplicar medidas corretivas, uma vez que passam a contar com certa autonomia dos alunos. Assim, ao contrário do que se costuma imaginar, o melhor clima disciplinar conquistado por alguns professores em sala de aula não se deve ao fato de desenvolverem ações punitivas mais severas. Na realidade, a punição é geralmente uma prova de que algo não está bem em sala de aula, já que só tende a ser aplicada em virtude da ocorrência de atos de indisciplina. Uma turma que é frequentemente punida nunca é uma turma disciplinada. Portanto, não são as punições que de fato têm efeito sobre a conduta dos estudantes, mas a forma como elas são administradas e a certeza de que serão aplicadas, caso seja necessário.

A imagem de “professor disciplinador” só tende a surtir efeito sobre as condutas discentes porque os alunos, mesmo que se rendam aos prazeres da indisciplina, sempre esperam que seus professores sejam capazes de controlá-la. Por isso, as admoestações e punições, desde que aplicadas de forma certa e na hora certa, tendem a ser apoiadas pelos estudantes, que tendem a vê-las como justas e necessárias. Além disso, as investigações indicam que essa maior rigidez disciplinar demonstrada pelos professores eficazes em disciplina é geralmente compensada por uma relação professor/aluno mais calorosa e pautada pelos sentimentos de confiança, respeito e afetividade. Esses docentes procuram responsabilizar os alunos por seus atos, seja buscando convencê-los da importância de respeitar as regras ou, simplesmente, demonstrando que confiam neles, que têm a convicção de que podem aprender os conteúdos curriculares e se comportar melhor durante as aulas. Assim, em vez de ressaltarem aspectos negativos da conduta dos estudantes, procuram enfatizar seus sucessos, suas melhorias, seus bons comportamentos. Além disso, mostram-se bem humorados, calorosos, abertos a discutirem os problemas pessoais dos alunos e dispostos a ensinar-lhes a matéria *quantas vezes for necessário*. Não por acaso, as pesquisas mostram que, em que pese o fato de serem mais rígidos e exigentes, são justamente esses professores que costumam ser mais queridos e admirados pelos estudantes.

Em síntese, a análise das ações normativas dos professores eficazes em termos disciplinares indica que a prevenção deve ser vista como o principal caminho para se intervir nos comportamentos de indisciplina em sala de aula. É sobretudo por meio da prevenção que esses docentes conseguem reduzir significativamente a ocorrência da indisciplina em suas aulas, mantendo as condições mínimas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Isso não significa que medidas corretivas, adotadas quando os atos de indisciplina já ocorreram, não sejam relevantes. Ao contrário, como vimos, quando raras e aplicadas de uma forma adequada, as medidas corretivas podem funcionar como mais um valioso mecanismo de prevenção da indisciplina.

### **Considerações finais**

Esperamos que as reflexões e sugestões apresentadas possam contribuir para a melhoria do trabalho disciplinar dos professores junto aos estudantes do ensino fundamental. Como procuramos demonstrar, a manutenção de um bom clima disciplinar em sala de aula é condição fundamental para a garantia de um ensino verdadeiramente de qualidade em nossas escolas. Nesse sentido, é necessário que os professores possam conhecer e debater mais abertamente os problemas disciplinares que enfrentam em seus cotidianos, sem quaisquer riscos de serem rotulados de conservadores, autoritários ou retrógrados. Visto que desempenham, simultaneamente, as funções de fim e de meio educativo, as regras escolares podem funcionar como um precioso instrumento de socialização. Desde que aplicadas de uma forma democrática, elas podem levar os alunos a desenvolver valores e atitudes indispensáveis ao exercício da plena cidadania, como a responsabilidade e o respeito aos Direitos Humanos e às diferenças culturais. Existiria, por acaso, melhor forma de garantir esse aprendizado do que levar os alunos a respeitarem autonomamente, desde a tenra idade, as regras de convívio e trabalho no espaço das salas de aula?

Foi com esse propósito que, com base nos resultados de diversas investigações sobre a temática da indisciplina, procuramos demonstrar de que forma alguns professores, por meio de ações normativas, têm conseguido assegurar um melhor clima disciplinar durante suas aulas, desenvolvendo ações eficazes de prevenção da indisciplina. Embora não possam ser vistas como “receitas infalíveis”, as práticas desses professores não deixam de oferecer a outros docentes pistas importantes sobre como poderiam também prevenir esses eventos em suas salas de aula. Geralmente associada à qualidade das aprendizagens dos alunos, a prevenção da indisciplina é também uma forma de prevenção do abandono escolar, do adoecimento docente e da violência nas escolas. Conforme diversos trabalhos têm revelado, os contextos de intensa indisciplina apresentam-se sempre como os mais favoráveis à erupção de episódios graves de violência nas escolas.

Por fim, cumpre ressaltar que nem todos os aspectos da temática da indisciplina puderam ser abordados neste texto. Seria importante discutir, por exemplo, a forte influência dos modos de vida familiares na conduta dos estudantes ou o papel desempenhado pela instituição escolar, em sua globalidade, na prevenção e promoção dos comportamentos de indisciplina dos alunos. Seria também preciso discutir ações específicas para prevenir a indisciplina em turmas do ensino fundamental que abrigam alunos de diferentes faixas etárias.

Uma vez que, neste texto, procuramos apenas abrir e estimular o debate, sugerimos e comentamos brevemente, a seguir, algumas leituras para aprofundamento dos estudos sobre esta importante, instigante e complexa temática — a in/disciplina na sala de aula.

### **Indicações de leituras:**

AMADO, João da Silva; FREIRE, Isabel Pimenta. **Indisciplina e violência na escola: compreender para prevenir.** Edições Asa: Porto, 2002.

Trata-se de uma interessante obra dividida em duas partes. Na primeira delas os autores realizam uma profunda sistematização das investigações realizadas sobre as temáticas da violência e da indisciplina em diferentes contextos escolares. Na segunda parte, procuram dar ao texto uma natureza mais prática, apresentando ao leitor algumas sugestões práticas de atuação sobre os atos de indisciplina nas escolas e salas de aula.

ESTRELA, Maria Teresa. **Relação Pedagógica, Disciplina e Indisciplina na aula.** Portugal: Porto Editora, 1992. (Coleção Ciências da Educação).

Este livro da pesquisadora portuguesa Maria Teresa Estrela é um clássico sobre o fenômeno da indisciplina, sendo, provavelmente, uma das obras mais citadas sobre essa temática. Nele a autora propõe uma análise objetiva das situações de ensino que possibilite aos professores prevenir a indisciplina nas escolas e salas de aula.

AQUINO, Júlio Groppa. (org.) **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1996.

Trata-se de uma coletânea de textos que discutem a temática da indisciplina com base em múltiplas abordagens teóricas. Os trabalhos, escritos por psicólogos, psicanalistas, sociólogos e pedagogos, apontam possíveis encaminhamentos práticos para o problema da indisciplina na escola.